FILGUEIRAS E O LEVANTE NACIONALISTA DE 1817

(Análise de alguns depoimentos)

CARLOS STUDART FILHO

Copioso e variado é o acervo de trabalhos escritos versando a rebelião de 1817, movimento armado de cunho republicano e separatista que, irradiado de Pernambuco, onde irrompeu temporão, alastrou as capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte e terras meridionais do Ceará; grande, outrossim, a proficiência e erudição com que, em alguns dêsses trabalhos especializados, os nossos coestaduanos historiadores expõem e analisam, sob os mais variados ângulos, os acontecimentos sócio-políticos de cunho revolucionário, desenrolados em chãos do Cariri.

Malgrado isso, muito resta a ventilar e esclarecer nêsse setor de nossa crônica regional. Nêle subsistem até numerosos pontos passíveis de controvérsia e problemas dependentes de solução que bem se enquadre no conceito — aliás elástico — de verdade histórica.

Dentre os problemas que permanecem em aberto, desafiando a argúcia dos estudiosos, um dos mais interessantes é, em nosso entender, aquêle que diz respeito à atitude assumida pelo Capitão-Mor José Pereira Filgueiras nos dias iniciais da sedição cratense. Consiste em apurar se o chefe sertanejo fêz, ou não, causa comum com os elementos sediciosos e, no caso afirmativo, dizer a natureza e o vulto da colaboração que lhes teria prestado.

Esclareçamos que os impedimentos referidos, ou sejam, os obstáculos antepostos ao conseguimento de soluções adequadas a êsses problemas conexos, não decorrem, à maneira do que sói acontecer tantas vêzes em casos análogos

de exégese histórica, de irremediável carência documental. Depois do aparecimento, na "Revista do Instituto do Ceará", dos trabalhos do Barão de Studart sôbre o levante de 1817 e da publicação, em "Documentos Históricos", de numerosos papéis esparsos referentes ao mesmo tema, a riqueza documental, de que podemos dispor, tornou-se substanciosa e farta.

Consistem, antes, as dificuldades a que nos estamos reportando, em realizar o especialista a tiragem adequada dos documentos oferecidos a exame e utilizar, depois, de maneira conveniente aquêles julgados idôneos. É que embora autênticos, muitos dos papéis divulgados nem sempre merecem fé; são, em grande maioria, genuínos, mas não dignos de credibilidade.

* * *

Dificulta, outrossim, a tarefa esclarecedora do pesquisador, a interferência, na obra dos cronistas coetâneos dos sucessos ocorridos em 1817 e que os descreveram, de fatôres de cunho eminentemente sentimental. Ódios e convicções políticas arraigadas, conturbando de maneira ponderável a serenidade do julgamento dêsses escritores, os levaram, por vêzes, a fazer afirmativas **pouco ponderadas e pouco verazes.**

Inverdades do mesmo gênero aparecem, por idênticos motivos, também em documentos oficiais, êstes freqüentemente redigidos por mãos interessadas em deturpar ou apenas obscurecer os fatos.

Aproveitados, sem prévio exame crítico e amiúde repetidas pelo tempo adiante por historiadores que têm por despiciendo a consulta direta a mais de uma fonte documental, os pareceres e opiniões personalíssimas dos antigos cronistas, sôbre Filgueiras, acabaram por adquirir, aos olhos da maioria dos letrados brasileiros, a aparência de verdades incontestáveis e, assim, criaram escola.

Desenharam-se, dêsse modo, nítidas, no campo da historiografia cearense, duas correntes de conceitos opostos e irreconciliáveis, acêrca não apenas da maneira de agir do Capitão-Mor do Crato, face aos acontecimentos de 1817, senão, ainda, em referência à sua personalidade moral.

Uma, por inteiro favorável ao herói sertanejo e que se fundamenta na opinião expressa a seu respeito pelo Governador Sampaio, tem no Barão de Studart o maior esteio; a outra, declaradamente hostil a Filgueiras, é encabeçada

pelos cronistas Pe. Dias Martins e Monsenhor Muniz Tavares.

Ambas serão aqui expostas em linhas gerais e analisadas com a maior isenção de ânimo. Tentaremos, por êsse meio, chegar, para os problemas acima formulados, a conclusões que sejam consentâneas com a lógica dos fatos.

* * *

A corrente de idéias infensas a Filgueiras é, como dissemos, encabeçada por Monsenhor Muniz Tavares e pelo Pe. Joaquim Dias Martins, escritôres justamente considerados os cronistas máximos da sedição de 1817; aquêle, por haver escrito a "História da Revolução de Pernambuco de 1817", e, êste, por ser o biógrafo comovido de "Os mártires Pernambucanos". Um e outro fazem de Filgueiras, como é natural, juízo dos menos lisonjeiros. Têm-no até na conta de homem odiento, refalsado e cruel e não trepidam em acusá-lo de traidor.

No entender de Muniz Tavares, o Capitão-Mor (op. cit. pág. CXXVIII), personalizaria um malfeitor cruel, "a quem os supersticiosos reverenciavam dando-lhe o irrisório título de mandigueiro, título devido à impunidade de sua vida infame; sua casa (era) um covil de cabras facinorosos, destros em cometer todo gênero de atentado ao mais leve aceno do análogo chefe que os alimentava e protegia". (Op. cit. cap. VIII).

As acusações — de haver traído a causa da Independência e ser um indivíduo de caráter duvidoso — formuladas contra Filgueiras pelo Pe. Dias Martins, não são menos incisivas e claras. Tanto que descrevendo o estado d'alma em que se encontrava D. Bárbara, quando da prisão de seus três filhos e da vã tentativa que teria sido por ela realizada para comover Filgueiras, diz, às páginas 18 e 19, do citado trabalho biográfico: "começava o seu tormento, com suas lágrimas e lamentos ensaiou enternecer o **brutal coração** do seu compadre Capitão-Mor Filgueiras, **traidor instrumento** do Governador Sampaio."

"A fortuna do jovem herói, prossegue, à página 21, agora referindo-se a José Martiniano, fêz-lhe ràpidamente uma preciosa conquista na pessoa do terrível Capitão-Mor Filgueiras; o qual sabendo do sucesso (a proclamação da Independência) desceu, no dia seguinte, à vila, **assinou** o **auto** da Câmara."

E, mais adiante, insiste: "Notícias infaustas sôbre a

queda da Liberdade no Rio Grande do Norte e nas Alagoas, e a firmeza da Capital e mais vilas da Província, chegaram ao Capitão-Mor Filgueiras, chefe designado do exército libertador o qual, acreditando-as, esmoreceu; e querendo espiar **sua cumplicidade**, ajunta mil facinorosos, dá-lhes o antigo estandarte real e com todos desce à vila do Crato intima-lhe todos os seus moradores se reunam àquela bandeira, e proclamem o antigo govêrno."

* * *

Os depoimentos lidos, com as duras palavras de que ambos se servem para exprobrar pressupostos defeitos do Capitão-Mor e a sua maneira de agir, não podem, malgrado as credenciais daqueles que os prestam, ser aceitos sem maiores exames. São suspeitos porque expressam uma reação de fundo eminentemente ideológico e sentimental; decorrem de convicções político-partidárias.

Os escritores citados eram autênticos carbonários; participaram ativamente de jornada nacionalista de 17 e não podiam perdoar a Filgueiras, como, aliás, não perdoaram ao Governador Sampaio, o haver concorrido para o fracasso da causa que defendiam com tanto ardor patriótico. Daí a pressuposição de serem os seus julgamentos pelo menos duvidosos.

Dir-se-á que, tendo sido presos em conseqüência da vitória dos realistas e recolhidos ambos aos cárceres de Pernambuco e da Bahia, aí viveram em contato direto com os patriotas cratenses e tiveram, decerto, a oportunidade de ouvir dêles o pormenorizado relato dos tristes acontecimentos que descrevem em seus livros. Seriam, portanto, dignos de inteiro crédito.

Ainda que tal houvesse sucedido, mesmo que fôssem íntimos dos rebeldes cearenses, não poderíamos, ainda assim, considerar seus depoimentos inatacáveis. Tendo sido colhidos de sediciosos prêsos e, por conseguinte, de criaturas interessadas em falsear as ações daquele que havia sido a causa principal de suas provações, nêles nenhumamente estaríamos autorizados em confiar.

* * *

As imputações, feitas ao chefe da reação monarquista do Cariri pelo Pe. Dias Martins e por seu companheiro de lutas

democráticas, formais e acerbas, não são as únicas contra êle articulados por escritores republicanos.

Tampouco representam a mais explícita e veemente condenação de sua conduta como sustentáculo da contra-revolta de 11 de maio de 1817.

Pareceres igualmente indignados e vibrantes vamos encontrar insertos nas obras de vários homens-de-letras dos nossos dias que, filiados à corrente anti-Filgueiras, versam a crônica cearense dos inícios do século XIX, sem terem o necessário conhecimento do assunto.

Desapercebidos da duvidosa autoridade de Dias Martins e de Monsenhor Muniz Tavares, no que tange aos fatos desenrolados em nossos sertões interiores, e não se considerando obrigados a empreender novas pesquisas nesse setor das letras históricas, limitam-se a tomar por mestres aquêles dois cronistas e têm-se por bem informados. Guiando-se por êles, embebem-se necessàriamente do fel que ressumbra dos seus trabalhos, fel que irá revelar-se em tôdas as acusações formuladas contra Filgueiras. As acusações que subscrevem, desacompanhadas de novas provas, não são, é óbvio, elementos capazes de orientar a quem se sinta inclinado a esclarecer a verdadeira posição dêsse personagem singular em face dos sucessos revolucionários de 17.

No meio dos muitos escritores nacionais que têm por oraculares as palavras dos Padres cronistas e, por isso, consideram Filgueiras um dobre e quiçá até um anormal, mencionaremos, ao acaso, Gonzaga Duque e o Major Sílvio de Melo Cahu. O primeiro é o autor de "Revoluções Brasileiras" (Rio, 1898, pág. 57); o segundo publicou "A Revolução nativista e pernambucana de 1817" (Rio, 1951, págs. 77 e 78).

Ao fazer a exposição das atividades exercitadas por José Martiniano ao atingir o Crato, escreve Melo Cahu: "Logo ao chegar, narrou ao seu **progenitor** (?) os acontecimentos e procurou induzí-lo a auxiliar a revolução, catequizando o Capitão-Mor José Pereira Filgueiras" (1).

> "Verificando ser difícil atrair **seu pai** (?) à causa da revolução e tendo sabido da prisão de Geraldo Henrique de Mira, pernambucano residente em Aracati, e a apreensão em seu poder de várias

(1) Em nota ao pé da página o autor esclarece que Alencar chegou ao Crato em **princípios** de abril e que Filgueiras era seu padrinho. Observe-se que o pai de Alencar já havia falecido.

cartas do govêrno de Pernambuco para pessoas influentes no Ceará, compreendeu Alencar que não havia tempo a perder. Procurou êle próprio o Capitão-Mor Filgueiras, e, dando-lhe conta de sua missão, procurou atraí-lo à causa revolucionária, no **que foi grandemente auxiliado por Frei Francisco de Santa Mariana (?) Pessoa**, a quem Alencar viera recomendado. Filgueiras depois de **muita discussão**, pediu alguns dias para se decidir, prometendo entretanto não interferir contra os intentos dos patriotas."

. . . . . .

"O Capitão-Mor Filgueiras que chega à vila pouco depois (da proclamação da independência pelos sediciosos) concorda com o que já se fizera e assina também o auto; e com êle o vigário Manuel Cardoso da Silva (?), seu amigo particular."

. . . . . .

"Tudo indicava que o seu intento (de Alencar) estava fadado ao bom êxito. Mas infelizmente Filgueiras cuja fé patriótica não era verdadeira e que sòmente o interêsse e a **ambição de futuras honrarias** o levaram a tomar a atitude que até o momento vinha mantendo, recebe notícias dos insucessos dos patriotas em Alagoas e no Rio Grande do Norte... foi o suficiente para que êste homem **perjuro** e falso traisse a causa que voluntàriamente abraçara." "No desejo de atenuar a sua cumplicidade no movimento subversivo, reúne Filgueiras os seus apaniguados e marcha sôbre o Crato, onde ninguém esperava tão importuna intervenção."

"Filgueiras era realmente temido no Crato, e com a sua presença, a maior parte dos improvisados patriotas tratou de desertar das hostes revolucionárias procurando seguros esconderijos..."

"Seus homens amarram Alencar e três de seus auxiliares imediatos e os conduzem à cadeia de onde são enviados à capital..."

"Nem mesmo a mãe de Alencar, D. Bárbara, foi poupada à sanha do **pérfido** Filgueiras, pois, foi também conduzida prêsa para Fortaleza, sofrendo inomináveis vexames."

* * *

Dando conta dos esforços enviados por José Martiniano de Alencar no sentido de mover Filgueiras a aderir à revolução, o segundo dos escritores apontados, o senhor Gonzaga Duque, é, aliás, de uma infelicidade verdadeiramente lamentável: aceita, sem restrição de nenhuma espécie, a versão dos acontecimentos de 1817 expostos por Muniz Tavares, bem como os comentários que êsse autor tece em derredor da atuação do Capitão-Mor do Crato, comentários e versão que reproduz com uma fidelidade algo desconcertante...

"Assim, lê-se à página 57 de sua bem cuidada monografia": "Alencar recorreu a um **depravado ricaço** (?) por nome Filgueiras, ou Felgueiras, **alcunhado o mandigueiro** pela impunidade em que vivia **apesar da notoridade de seus crimes**, e com palavras quentes para acender-lhe a vaidade, com relampejantes promessas para aguçar-lhe a ambição, logrou não seu apoio mas o seu assentimento ao levante" (2).

* * *

Outro oficial de nossas classes armadas que não logrou resistir ao desejo de atirar em Filgueiras a sua pedrinha, foi o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Dr. Aníbal do Amaral Gama, figura de acentuado relêvo cultural e autor de numerosas obras técnicas. Seu livro "Libertação do Brasil do Jugo

(2) Observe-se que o depoimento de João Brígido a respeito do incidente é inteiramente diverso. «Tudo quanto as revoluções têm de mais sedutor, diz êle, o encanto das honras, a novidade dos princípios, os sonhos dourados de um futuro brilhante, nada pôde desterrar de seu ânimo (do ânimo de Filgueiras) o temor de desagradar ao govêrno e ser um dia acusado de crime de alta traição.»

«Êle recusou o nome de libertador com que o pretendiam fascinar ficando inabalável realista.» «Todavia, por inépcia, por coação ou por amizade e respeito aos conjurados, subscreveu a uma última exigência, que êstes lhe fizeram, com o português Francisco Cardoso, e foi tornar-se indiferente ao que se pudesse fazer, ou conservar-se em completa neutralidade.»

Do cotejo dessas duas opiniões, resulta que elas intrínsecamente se anulam e se destroem. De pé subsiste, pois, apenas a afirmativa de que, diante dos insistentes apelos dos conjurados, Filgueiras prometeu conservar-se em completa neutralidade.

Lusitano" (o asilo dos Braganças) foi, como o do Major Cahu, editado pela Biblioteca Militar.

De acôrdo com o pensamento do ilustre homem-de-letras — aliás, intransigente lusitanófobo à maneira de Manuel Bonfim. Carlos Maul e do jacobiníssimo Antônio Tôrres — o Capitão-Mor do Crato seria um reacionário e um traidor na mais lata acepção do têrmo. Eis a expressão do seu juízo registrada à pág. 138 do mencionado livro: "Era Governador do Ceará Manuel Inácio de Sampaio e seu (?) Capitão-Mor José Pereira Filgueiras."

"A atitude dêste último era a da exploração prática dos acontecimentos.

A sua ação seria de acôrdo com o volume dos fatos." "Quando o emissário da revolução, então no Crato, percebeu... pediu ao próprio Capitão-Mor apoio para o movimento libertador. Êste **tomou alguns dias para pensar.** O que êle queria, entretanto, era observar a direção da vitória definitiva para então acompanhar a massa triunfante."

E mais adiante, pág. 139, conclui o ardoroso escritor: "Lavrou-se disso (da proclamação da República), um ato que o Capitão-Mor José Pereira Filgueiras, **traidor do Ceará,** também assinou."

Cabe aqui, desde logo, uma observação ou, antes, uma pergunta: Que motivos levaram Amaral Gama a acoimar Filgueiras de traidor? Apenas porque êste, convidado a participar do movimento, **tomou alguns dias para pensar** e acabou assinando a ata do Crato? Por aí se vê que dando-se pressa em lavrar a sua sentença condenatória, esqueceu o autor as boas regras do raciocínio, prefigurou o caso e emitiu juízo imponderado.

O ilustre militar chama de traidor a Filgueiras sem nenhum fundamento; por simples antecipação, pois não esclareceu, prèviamente, o motivo em que alicerça o seu fulmíneo parecer...

Continuemos, porém, a exposição do grave libelo: "Na sua expectativa interesseira e indigna, verificando Filgueiras, pelas notícias que recebia que o movimento revolucionário nascido em Pernambuco, tendia para o aniquilamento, dada a queda de Alagoas e Rio Grande do Norte, tomou franca e bruscamente uma atitude contrária à diretriz revolucionária. Iniciou outro movimento. Restabeleceu a submissão ao Rei e prendeu o paladino da revolução que foi coberto de ferros e enviado para a Capital."

Note-se, de passagem, que o nosso autor também afirma ter Filgueiras sabido da derrocada da Revolução em Alagoas e no Rio Grande do Norte, fato absolutamente improvável, tendo-se em vista a morosidade com que se faziam, na época, as inter-comunicações.

* * *

As citações registradas, embora numerosas e massudas e, por isso mesmo, de cansativa leitura, são inevitáveis e até necessárias num esbôço da natureza do presente. Permitem o confronto dos pareceres passados em revista, põem em relêvo as semelhanças, por vêzes verdadeiramente chocantes que entre êles existem, e denunciam terem sido, em grande parte, bebidos nas mesmas fontes.

Evidenciam, mais, a existência de um comum ressentimento contra a pessoa do Capitão-Mor, ressentimento que, aos menos prevenidos, poderia afigurar-se natural e justo por haver êle traído a causa da independência.

Na realidade, porém, tais pareceres nada mais representam, como é fácil verificar-se, que a expressão clara ou velada de conceitos bebidos em Muniz Tavares e Dias Martins, autores a que poderíamos chamar os clássicos da revolução pernambucana.

Não são, portanto, o resultado de pesquisas pessoais, mas apenas uma repetição de afirmativas que, por várias razões já expostas, devemos considerar duvidosas. Assim, impossível é, evidentemente, tirar dêles dados úteis ao conhecimento dos fatos, aqui desenrolados em 1817, e elementos capazes de nos ajudar a compor a fisionomia psicossomática de Filgueiras e esclarecer o seu papel na revolta.

Eliminados os modernos historiadores referidos, continuamos, pois, a dispor para julgar Filgueiras apenas dos maus conceitos emitidos a seu respeito por Monsenhor Tavares e Dias Martins.

* * *

As obras dos grandes vultos da historiografia nacional, Francisco A. de Varnhagen, João Ribeiro, José F. da R. Pombo. e outros quejandos mestres das letras pátrias, pouca ou nenhuma luz lançam, igualmente, sôbre o problema que aqui estamos a debater. O convívio dêles, sempre proveitoso em

tantos outros setores de nossa história sócio-política, nêste em nada ou, quase nada, nos pode auxiliar. É que ao tratarem do levante cratense seguem a tradição ou do assunto não se ocupam de modo detalhado.

Exemplo sugestivo da tendência ressentida por alguns dos nossos maiores especialistas, de repetir sem alongados exames conceitos históricos tradicionais, encontramos em Rocha Pombo incontestàvelmente um dos mais dedicados estudiosos das coisas do nosso passado. Êle próprio confessa honestamente que, para redigir o capítulo relativo à revolução de 1817, no Ceará, combinou o testemunho de Mons. Muniz Tavares e do Pe. Dias Martins ("História do Brasil", Vol. VII, págs. 339 e seguintes), o que vale dizer que se impregnou do nacionalismo rabioso e extremamente parcial que transuda de ambos. Sua contribuição no sentido de estabelecer qual a atitude assumida por Filgueiras nos acontecimentos de 1817 é, portanto, inteiramente nula, como nulas são as daqueles que assoalham opiniões idênticas.

Oliveira Lima, erudito autor e esmiuçador proficiente das raízes brasileiras da emancipação nacional, igualmente nenhuma achega nova traz à solução do aflitivo enigma.

Interessante é, apenas, salientar que, no decurso de sua vida de historiador, o benemérito diplomata brasileiro alterou bastante a maneira de pensar, no que diz respeito ao homem que o ódio dos rebeldes republicanos de 1817 havia transformado em bandido místico e traidor e emoldurado num quadro tenebroso.

Em seu livro "D. João VI, no Brasil", cuja primeira edição é de 1907, chamou a Filgueiras "**um velho malfeitor** que para o crime se valia de sua autoridade". Mais tarde, em notas à margem da "História da Revolução de Pernambuco em 1817", da pena de Muniz Tavares e publicado em 1917, sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reconsiderando, em parte, êsse juízo, disse amorável: "há quem lhe descubra (em Filgueiras), como em todo caudilho, qualidades apreciáveis e até quem relate rasgos ocasionais de ondas de bondade" (3).

(3) No espaço de dez anos que mediaram entre o aparecimento da primeira edição de seu livro sôbre D. João VI, e a publicação das notas à «Hlstória da Revolução», «modificou Oliveira Lima, conforme observa Irineu Pinheiro, com a perspicácia que lhe era habitual, sua opinião a respeito de Filgueiras, favorecendo-lhe a memória histórica».

Os historiadores e cronistas cearenses, em geral, não demonstram quaisquer vislumbres de simpatia pelo herói sertanejo; antes são quase unânimes em fazer cair sôbre êle uma espécie de maldição.

Esquecidos da debilidade ideológica característica da maioria dos rebeldes cratenses de 1817, tecem considerações sobremaneira contundentes a respeito da dubiedade de Filgueiras e, impelidos por idiossincrasias pessoais, pôem em primeiro plano apenas as ambições do Capitão-Mor, o seu mandonismo e seus ódios; jamais lhe focalizam ou discutem as virtudes; não levam em conta a generosidade que sempre demonstrou para com os humildes, nem a bravura nunca desmentida, nem seus compromissos espirituais; e, o que é mais grave, silenciam as condições de tempo e de lugar. Assim é que João Brígido e Théberge — no conceito público dois dos nossos especialistas mais credenciados em assuntos ligados à evolução social, política e econômica do Cariri — unânimemente o acusam de traidor e o têm na conta de homem sem vontade, inepto e crédulo.

É de João Brígido ("Apontamentos para a história do Cariri" — Fortaleza, 1888, pág. 79) êste parecer extremamente depreciativo: "Filgueiras será sempre o derradeiro a compreender as cousas. Após as considerações do Pe. Martins (Padre Francisco Gonçalves Martins) se reputou perdido. Serviços assinalados deviam justificar sua **conduta passada** e a contra-revolução foi desde logo resolvida."

"Homem de fôrça bruta, **sem nenhuma coragem cívica**, realista mais por **tibieza** e **obediência** (?) do que por consciência da verdade, fazia na revolução um papel imposto."

Théberge ("Esbôço Histórico sôbre a Província do Ceará", pág. 16) não é menos categórico e aviltante. Assim, diz: "Filgueiras que nunca teve convicções porque faltava-lhe a **inteligência para raciocinar sôbre elas** (?) deixou-se abalar pela exposição de um quadro tão carregado (pintado pelo Pe. Francisco Gonçalves Martins, o enviado de Leandro Bezerra) e assentou trair a causa da liberdade; e o fêz **com um despejo cujas conseqüências era incapaz de calcular**".

E para deixar clara a vilania do Capitão-Mor do Crato, acrescenta:

"Uma grande dificuldade se oferecia: êle tinha assinado o ato de aclamação da república. Êste podia-se anular, subjugando os revoltosos; mas o protesto de adesão ao govêrno de Pernambuco, que êle tinha também assinado e remetido, era

um corpo de delito terrível e que o comprometia sobremodo."

"Mandaram-se duas pessoas seguras ao alcance do mensageiro enviado ao govêrno de Pernambuco, e **conta-se como certo** que êles o alcançando já próximo a essa praça, o mataram e tomaram-lhe todos os papéis de que era portador."

"O abalo que o Pe. Martins havia produzido no **espírito fraco** do Capitão-Mor foi tão forte, que, mesmo depois de efetuada a contra-revolta não teve êle sossêgo, enquanto não voltaram seus portadores, e não lhe entregaram as peças acusadoras, as quais êle lançou ao fogo."

João Brígido e Théberge baseiam-se, conforme é corrente, suas afirmativas na tradição popular — que freqüentemente oculta ou deforma os valores humanos — e em uma ou outra passagem dos livros de atas das Câmaras do Icó e Crato e isso explicaria, em parte, a semelhança de determinados conceitos que aparecem nos escritos de ambos.

Recorreram ainda, segundo tudo indica, ao trabalho de Dias Martins o que tiraria aos dois escritores grande parte do valor testemunhal.

Não esqueçamos que, no prefácio dos "Apontamentos para a História do Cariri" (Fortaleza, 1888, pág. 5) João Brígido declara ter o seu modesto mas paciente trabalho "muito servido a Pedro Théberge para compor o "Esbôço histórico sôbre a Província do Cariri".

Se verdadeiro o que proclama o árdego jornalista, ficaria plenamente esclarecida a razão da convergência de opiniões pessimistas, saídas de suas penas acêrca do comportamento de Filgueiras...

* * *

Também apreciados biógrafos e sisudos homens-de-letras cearenses, perdendo nêsse melindroso caso o senso da medida e da objetividade, alinham-se no grupo daqueles que vêem em Filgueiras apenas um trânsfuga e um lorpa. Dentre os que dêsse modo pensam, poremos em relêvo apenas o nome de Dias da Rocha Filho, o distinto autor de "A vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro". O mencionado escritor, fazendo a apologia do seu biografado, a quem parece prêso por laços sentimentais particularmente fortes, aponta o Capitão-Mor do Crato, sem que possamos bem apreender os motivos, como um traidor e vai ao extremo de tê-lo na conta de um **quase irresponsável pela mesquinhez da inteligência e ignorância crassa.**

Considera-o mesmo "dirigido em todos os acontecimentos em que se envolveu, ora por Leandro Bezerra Monteiro, ora Tristão Gonçalves Pereira de Alencar que depois, em virtude de motivos nativistas, mudou o nome para o de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, ora por Luís Pedro de Melo César, expedicionário de Caxias, a quem se atribui, na fase de Dias da Rocha, a direção real da Campanha, contra o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié, no Maranhão", (Irineu Pinheiro, op. cit. pág. 8).

* * *

De tudo que ficou dito podemos concluir que de pé, perfeitamente válido, continua o parecer por nós formulado acêrca da extrema debilidade do testemunho de Monsenhor Muniz Tavares e do Pe. Dias Martins, no que tange ao levante do Cariri e à atuação dos personagens mais destacados dêle participantes.

A ambos faltou, conforme vimos, a serena imparcialidade e a tolerância, apanágios indispensáveis ao verdadeiro historiador; ambos molharam a pena no fel do despeito que, malgrado os anos decorridos desde o ocaso da revolução, ainda lhes obscurecia o julgamento quando escreveram memorando a odisséia dos rebeldes de 1817.

Embora não seja lícito desprezar de todo os conceitos que emitem os dois cronistas a respeito de Filgueiras, êles necessitam, para que façam fé, o lastro de novas provas documentais ou, pelo menos, o refôrço de pareceres — também contrários ao Capitão-Mor — e expressos por exegetas cuja mente não haja sido toldada por paixões partidárias e cuja obra seja reconhecidamente alicerçada em fontes fidedignas.

Para tal fortalecimento não podem servir, pelos motivos já apontados, as afirmativas contidas nos livros de Melo Cahu, Gonzaga Duque, Amaral Gama e de outros estudiosos da história pátria do mesmo porte, direta ou indiretamente filiados à corrente de idéias infensas ao heróico matuto.

Não pode igualmente arrimar os conceitos de Muniz Tavares e Dias Martins, a palavra dos grandes mestres da historiografia brasileira — Varnhagen, Pereira da Silva, Rocha Pombo, etc. Como elementos de prova, aquilo que a respeito do assunto difundem êstes notáveis especialistas, não tem qualquer valor.

Dos escritores cearenses, contrários a Filgueiras, é João Brígido o único talvez cujo parecer deva ser retido para posterior discussão. Baseado, já o sabemos, em parte na tradição popular e, em parte, em extratos fragmentários dos livros das Câmaras matutas, do Crato e do Icó, tem consistência bastante para reforçar o que dizem a respeito de Filgueiras, Dias Martins e Mons. Muniz Tavares.

Não esqueçamos, todavia, uma possível influência dêstes dois autores no relato de João Brígido.

Os outros narradores dos nossos fastos — incluindo-se Théberge — quando tratam do movimento de 1817, nada mais fazem que imitar João Brígido ou repetí-lo. Carecem, pois, de autoridade na matéria.

De pé, permanecem ainda os conceitos malevolentes de Dias da Rocha, relativos à mentalidade primária do Capitão-Mor do Crato, que iremos depois analizar.

* * *

A corrente favorável a Filgueiras é encabeçada, conforme ficou dito, pelo Barão de Studart, indubitàvelmente um dos expoentes máximos das nossas letras históricas, que nega de modo terminante qualquer conivência de Filgueiras com os rebeldes do Crato.

Firma a sua convicção em enorme acervo de documentos pertencentes ao arquivo do Governador Sampaio, documentos que, como sempre, soube manejar com maestria, dêles tirando o máximo de informações úteis.

Êsse Governador fôra contemporâneo da revolução de 1817, tal o haviam sido Dias Martins e Monsenhor Muniz Tavares, e, assim, o pêso do seu testemunho é, pelo menos, equivalente ao dos pareceres daqueles dois cronistas nordestinos. Ora, Sampaio tinha Filgueiras na melhor conta e, em sua correspondência epistolar, não cessa de enaltecer os serviços por êle prestados à administração capitanial e de apresentá-lo como um fiel partidário da monarquia. É êste, sem nenhuma dúvida, o mais explícito e importante depoimento em abono da sinceridade do Capitão-Mor e da correção da sua conduta.

De sua correspondência, com certo dignitário da Corôa, destacamos os seguintes trechos:

"Ficou, portanto, a redução dêsse Capitão-Mor reservada para o momento da revolução em

que o seu pequeno talento não fôsse bastante para resistir de repente às ilusões que em um instante o circundassem de todos os lados.

Assim aconteceu, com efeito, no dia 2 de maio de tarde e convidado para a revolução com muitas ilusões pelo infame Pe. José Martiniano Pereira de Alencar; não sabe que há de responder, **fica titubiado** e pede alguns dias para resolver. José Martiniano receia que êle tenha tempo de se aconselhar e pensar, vem para a Vila, diz que o Capitão-Mor é o cabeça da Revolução e no dia 3 pela manhã faz a revolução a que ninguém se opôs porque se fazia em nome do Capitão-Mor até porque lhe seguram que eu tinha fugido embarcado. No princípio de abril tinha eu escrito ao dito Capitão-Mor a fim de o prevenir contra êstes mesmos tramas. Estas cartas que êle devia receber no fim de abril não lhe chegaram à mão por motivo de doença dos portadores senão em 6 de maio, e logo em 11 o 1º. dia de missa que se seguia êle efetua a Restauração para o que bastou aparecer em público e anunciar que êle era Realista e que a revolução se tinha falsamente feito com seu nome porque êle nunca mudara dos sentimentos de fiel português."

* * *

Irineu Pinheiro, em tese escrita para o Primeiro Congresso de História da Bahia, realizado em Salvador, de 19 a 29 de março de 1949, e transcrita na Revista do Instituto do Ceará (Tomo LXV, ano LXV, Fortaleza, 1951) coloca-se desassombradamente ao lado do Barão de Studart, fato que não deixa de ser curioso, tratando-se de um historiador que viveu no Cariri, onde os homens-de-letras não parecem muitos afeiçoados ao herói.

Pretendendo vulgarizar os feitos de um antepassado — no seu entender injustamente malsinado pela posterioridade — o autor delineia a vida de Filgueiras, focalizando com o maior cuidado o panorama de suas atividades militares, no período que vai de 1817 a 1824.

No afã de isentar o Capitão-Mor da culpa de ter sido um dos simpatizantes da intentona liberal de 1817, o autor

expõe uma série de fatos, aliás, muito bem concatenados e a que ninguém, em sã consciência, poderia recusar aceitação.

* * *

Filgueiras, por sua parte, afirma de modo peremptório jamais ter tido qualquer participação direta ou indireta no movimento republicano de 1817 e atribui a imputação de rebeldia, que lhe é assacada, aos seus desafetos, desejosos de **o comprometerem aos olhos das autoridades realistas.**

Tanto que, em sua carta ao Governador, datada de 15 de junho de 1817, diz:

> "Soube dêste atentado (o motim de 3) estando em minha casa do sítio de S. Paulo, que dista desta vila quatro léguas e vindo a esta Vila no dia seguinte achei o Povo muito atemorizado ou parte dêle entusiasmado; temi prender os revolucionários como foi o meu intento, e voltando para minha casa procurei aconselhar-me sôbre o melhor meio que devia restaurar esta Vila, quis logo dar parte a V. Exa. como era do meu dever e obrigação porém achei covardia em dar esta triste parte sem que fôsse acompanhada da feliz notícia da restauração, pois que tendo S. Majestade confiado-me o govêrno dos Povos da minha Capitania-Mor deveria em tudo desempenhar o meu grande dever; procurei concordar-me com o Tenente-Coronel Leandro Bezerra Monteiro, depois de ter ouvido o prudente parecer do Escrivão José Antônio que deu logo as medidas das quais usei, sentado de ser executada a feliz restauração no dia 10 ou 11 do corrente mês (Carta de 13 de maio). Com muita indignação ouvi a notícia que se me deu de que êsse malvado José Martiniano por todo caminho foi espalhando que eu fui consentidor da revolução desta Vila e cooperei para ela, porém nada receio porque tendo a meu favor a aura popular e o meu coração está puro. Êsse malvado como se vê desgraçado e com o rancor de ser eu o seu perseguidor, para diminuir-me a glória que me é devida na feliz restauração que fiz desta Vila, procura-me essa mancha, porém eu nada quero mais do que a glória que me fica em fazer uma ação heróica a favor de S. Majestade de quem tenho por galardão

o ser vassalo. Eu sempre dei a V. Exa. evidentes provas da minha fidelidade e pelo meu ofício de 2 de maio véspera da revolução renovei a V. Exa. os meus protestos e seria eu monstro de ingratidão se fizesse o contrário do procedimento que tive nesta causa. V. Exa. creia-me com aquela verdade com que sempre falei a V. Exa. que eu me não manchei nesta revolução.

Se pequei foi sòmente por ter deixado por tanto tempo a Vila debaixo dêsse infame govêrno, porém se assim o consenti, foi por fazer a restauração com cautela, apalpando primeiro o ânimo dos Povos, e logo que estive Senhor dos Corações dos mesmos então executei o meu plano da memorável e feliz restauração, auxiliado pelo Tenente-Coronel Leandro Bezerra Monteiro, seu filho o Capitão Gonçalo Luís Teles, e o Capitão José Victoriano Maciel, que foram os que caminharam à testa das tropas com que entrei para subjugar os revolucionários. É verdade que eu fui muito abalado por cartas de Pernambuco, que incluso remeto a V. Exa. para essa negra e diabólica revolução, porém sempre fui surdo, e nunca fiz caso dessas sugestões, e também nunca me persuadi que se efetuasse nesta Vila a revolução, por não conhecer indivíduos iluminados e por não haver a maior correspondência desta Vila para as Capitanias rebeldes, e se não fôsse a chegada dêsse malvado pedreiro-livre José Martiniano, de certo a Vila não padeceria essa nódoa, e todos estariam gozando de sossêgo, e não andariam na desenvoltura em que andam indo os Povos e principalmente a parentalha dos revolucionários que querem vingar as prisões dos parentes, o que me não assombra, antes cresce-me dobrado valor por ser em defeza de uma causa, que tanto tem de justa como santa qual é a punição dos traidores e reivindicação dos sagrados Direitos de S. Majestade El-Rei Nosso Senhor, por quem perdendo a vida nada perco."

* * *

Para comprovar a extrema dedicação de Filgueiras à causa pública e ao Rei, alegam os seus partidários que, a 2

de maio, êle escrevia ao Governador Sampaio a seguinte carta:

> "Ilmo. e Exmo. Sr.
> Tenho em vista o ofício que V. Exa. me dirigiu de data de 13 do passado pelo qual conheço clara e distintamente o levante de Pernambuco e as providências que tem dado Sua Majestade e da mesma sorte V. Exa., logo que recebi o mesmo ofício posto que ainda em fé o presente não é chegado o estafeta que deve trazer os ofícios que V. Exa. os acusa do 1°. e 7 do passado, mandei logo publicar os Editais, tanto na Vila do Jardim, como no Crato para fim que V. Exa. determina, e, passei a dar as ordens necessárias, e em tudo comprirei o que V. Exa, me ordena. Eu, terei a glória de que V. Exa., seja feliz com todos os povos desta Capitania, para o que me ofereço com as débeis fôrças do meu comando, tudo em abono da defença da **Real Pessoa de S. Majestade a quem respeito e estimo como devo e sou obrigado;** Deus Guarde a V. Exa. por muitos anos. De V. Exa. súdito o mais obediente, José Pereira Filgueiras. Quartel de São Paulo, 2 de maio de 1817."

Alegam, ainda, que a 3 de maio, dia da revolução, mandava a seu compadre Januário Ferreira Gastão, um bilhete assim concebido:

> "Meu compadre e Amigo.
> Acompanho a v. mercê, na aflição que me comunica se acha, movida esta para êsse incrédulo e mal agradecido homem, que cego de tôda consideração tem posto em prática aterrar as Santas Leis do Nosso Soberano Rei e Senhor, porém se o nosso bom Deus me não desamparar, breve tornaremos a gozar do nosso antigo costume. O mesmo sr. guarde a V. Mcê. por muitos anos. São Paulo, 3 de maio de 1817. De V. Mercê, compadre e amigo. criado venerador, José Pereira Filgueiras."

Põem, outrossim, em relêvo, os seus simpatizantes, o depoimento prestado pelo escrivão José Antônio Ferreira Chaves em uma de suas missivas a Sampaio, que diz:

"Ignoro, também, que o dito Capitão-Mor assinasse papel relevante a consentir na sublevação e o que lhe tenho sempre perguntado a êle firme responde-me que os que aparecem são falsos e sinistramente alcançados a fim de macular sua Honra."

* * *

A missiva de Filgueiras, escrita a 2 de maio, e a declaração por êle feita em carta ao Governador, repelindo com altivez e energia a acusação de haver participado do movimento rebelde; o bilhete dirigido a Januário Ferreira Gastão, no próprio dia do levante; o testemunho do escrivão José Antônio Ferreira Chaves; e, por último, a palavra do Governador Sampaio, proclamado a sua lealdade ao Govêrno, tudo, enfim, fala em favor de sua constante dedicação ao regimem vigente.

* * *

O confronto, pois, das duas correntes de opiniões, relativas à atitude assumida pelo Capitão-Mor do Crato, em 1817, e cujos inspiradores foram, de um lado, Dias Martins e Monsenhor Muniz Tavares, e, do outro, o Governador Sampaio, parece levar à fácil convicção de estarem com a verdade aquêles que consideram o chefe matuto um incorrutível guardião da ordem monárquica, no distrito de sua jurisdição militar. Daria, assim, tal confronto, inteira razão ao Barão de Studart, e a todos aquêles que lhe seguindo os passos firmes, têm o Capitão-Mor na conta de um súdito sempre fiel à realeza.

* * *

Todavia, bem pesando as coisas, verificamos que as conclusões favoráveis ao homem que chefiou a contra-revolta do Crato, não são tão imediatas e necessárias como parecem à primeira vista. Na qualidade de julgadores, devemos encarar, antes de tudo, a possibilidade de o Governador Sampaio, à maneira de Muniz Tavares e Dias Martins, se ter deixado levar pelo sentimento. Simpatias pessoais muito bem poderiam haver influído no juízo favorável que emitiu a propósito da conduta do acusado, o que, aliás, não constituiria exceção.

Inúmeras pessoas, provadamente carbonárias, tiveram defensores esforçados entre os próprios membros do govêrno monárquico. O padre José Correia de Sá e seu filho Francisco Antônio Correia de Sá, Sargento-Mor das Ordenanças da Paraíba, gozaram da proteção de Sanches Massa, proteção que tanto haveria de escandalizar o Governador Sampaio e da qual falaria em suas cartas.

São igualmente do conhecimento geral os esforços envidados pelo Conde dos Arcos, Presidente da Comissão Militar, funcionando em Salvador, para salvar da morte o Padre Miguelinho e o Deão da Sé de Olinda, Cônego Bernardo Luís Ferreira Portugal, seu companheiro de jornada revolucionária.

Ambos haviam lutado pela emancipação nacional, sofrido juntos o impacto da reação monarquista e as angústias da derrota. No momento de responder pela prática de atos considerados criminosos, tiveram porém atitudes diametralmente opostas. O Padre Miguelinho, idealista utópico, recusou salvar a vida negando, conforme insinuava o Conde -- Presidente, a autenticidade de sua assinatura em documentos comprometedores; o Deão, tipo de homem prático que jamais perde o senso da realidade, sentindo a boa disposição de ânimo daquele magistrado e entrevendo, ser possível graças a ela fugir à pena capital, astuciosamente alegou coação; disse ter sido forçado a parecer rebelde, mas que se conservara sempre realista de coração. Apresentou, como prova do que afirmava, o testamento por êle redigido e depositado no convento de S. Francisco de Olinda, e, assim escapou ao patíbulo.

Duvidando, por certo, da vitória final das fôrças republicanas, tivera o Deão o cuidado de escrever tal documento e nêle declarar-se vassalo fiel da Monarquia e instituir D. João por seu herdeiro universal (4).

* * *

Assim, a palavra de Sampaio não dirime inteiramente Filgueiras da culpa de haver participado da intentona de 3

(4) Fato digno de nota é que a atitude do Deão não constitui motivo de censuras por parte daqueles que tanto estigmatizam o proceder de Filgueiras, rompendo desassombradamente com os revolucionários. A verdade é que revolução alguma no Brasil teve tantos trânsfugas e tantos dos seus partidários alegaram ter dela participado sob coação irresistível.

de maio, embora nos leve a fazer dêle um conceito bem mais favorável e vê-lo sob um ângulo diverso, daquele em que o colocaram os seus desafetos.

Como deixamos claro, o acusado nega de maneira decisiva haver participado do levante, e os seus defensores, para exculpá-lo, publicam que, em carta ao Governador do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio, escrita imediatamente após a revolta (?) êle assegurava "ter ouvido com indignação que José Martiniano espalhara ter sido êle consentidor da revolta desta vila (Crato) e cooperado para ela".

É certo que as cartas são páginas vividas, documentos escritos "ainda sob o eco, senão sob o império das impressões do dia" e, portanto, de inigualável valor probatório.

Ocorre, porém, ter sido o papel, em que Filgueiras alega inocência, elaborado e expedido alguns dias depois do triunfo definitivo da contra-revolta do Crato, ou seja, a 15 de junho de 1817. Bons motivos teria naturalmente o autor para nêle obscurecer seus deslizes e realçar os serviços porventura prestados à legalidade.

Quanto ao outro, ao que trás a data de 2 de maio, não pode, em face das circunstâncias em que foi redigido, ser considerado título que faça fé. Tenha-se em vista que o Vigário do Crato, Pe. Miguel Carlos, em sua defesa perante a Alçada de Pernambuco, nega não apenas ter sido a mencionada epístola redigida na data nela indicada, mas igualmente seja ela do próprio punho do signatário. Diz o Padre Miguel: "Januário Gastão, o compadre, o amigo do Capitão-Mor e **autor da célebre carta** ao Governador **que se finge escrita** no mesmo dia da revolução..."

As letras de Filgueiras teriam sido, pois, antedatadas, o que implica na perda total de sua credibilidade. Estabelecido, dêsse modo, o nenhum valor porbatório do segundo documento apontado, o terceiro, o bilhete por êle dirigido ao compadre em que faz grande alarde de suas convicções realistas, torna-se logo suspeito. Quanto ao depoimento do escrivão José A. Ferreira Chaves, não inspira também confiança, pois poderia ser gracioso.

A afirmativa de ter sido Filgueiras o constante e inabalável esteio da legalidade, em terras do Cariri, encontra outra formal contradita, que a faz pràticamente desacreditada, no texto de certos papéis, relativos à rebelião cratense, divulgados por Honório Rodrigues em "Documentos Históricos", publicação da Biblioteca Nacional. Dando alicerces novos aos depoimentos dos cronistas e historiadores con-

trários a Filgueiras e os assentando em bases mais sólidas do que a simples tradição popular, tais papéis nos permitem afirmar, com inteira procedência, que a fidelidade de Filgueiras ao credo monárquico sofreu grave colapso em 1817.

* * *

Os documentos, que nos proporcionam tal certeza, são em pequeno número, mas, nem por isso, menos convincentes. Refiro-me à carta endereçada aos membros do Govêrno interino da cidade da Paraíba, por José Antônio Vila Sêca e Inácio de tal, pessoas de todo alheias à vida cearense e, portanto, sem **parti-pris** de qualquer espécie, nem repulsa ou inclinação pelo Capitão-Mor.

Escrita em Vila Nova da Rainha, traz a data de 17 de maio de 1817.

Nela declaram os signatários: "Agora temos notícia que o Capitão-Mor do Cariri Novo, José Pereira Filgueiras, prepara um grande exército contra a Coroa, e que se tem notificado gente no Rio Do Peixe, e Pombal até Patos, cujos lugares também são contra a coroa, e não sabemos se marcham contra nós. Não temos gente e nos achamos sem pólvora, chumbo, balas, armas e sem mantimentos a saber farinha e sal, Vossas Senhorias nos queiram socorrer". (Doc. Hist. Vol. CIII, pág. 31.)

Além do depoimento referido, que os amigos de Filgueiras poderiam contestar dizendo que ambos os subscritores faziam tais afirmativas por ouvir dizer, possuímos a palavra do Desembargador Juiz Interino da Alçada, João Osório de Castro Sousa Falcão, que, ao dirigir-se ao Secretário dos Negócios do Reino Unido, assim se manifesta: "Tenho a dizer a V. Exa. que André de Albuquerque, Capitão-Mor da Vila Flôr, Luís de Albuquerque, o Luís Manuel de Albuquerque, do Rio Grande, talvez não devam sofrer a pena última que na passada eu dizia, vendo agora suas perguntas, assim como a deverá sòmente sofrer do Ceará o Pe. José Martiniano com o **Capitão-Mor José Pereira Fulgêncio Filgueiras** e o Juiz Ordinário Manuel Joaquim Félix que foram os cabeças da revolução do Crato, êstes dois últimos talvez sejam pronunciados pela Mesa da Alçada" (Doc. Hist. Vol. CV pág. 104).

Há, outrossim, o tópico assaz sugestivo da defesa do Pe. Vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha em que se lê: Êste

mesmo homem (o filho do Tenente Coronel Leandro Bezerra) jura que o réu se empenhara para se fazer uma capitulação em que os primeiros réus fôssem soltos, e conforme a testemunha fls. 235, são o escrivão, e o Capitão-Mor, que têm ambos necessidade de serem concordes para uniformidade e complementos do plano de salvar o Capitão-Mor (Filgueiras) e dar valor às suas **inculcadas lealdades**".

* * *

Combinando os fatos já de há muito caídos no domínio público, através da palavra de historiadores e cronistas, com as indicações fornecidas pelo exame crítico dos documentos, ùltimamente vindos a lume, podemos, afinal, ver assaz claro nesse emaranhado de verdade e fantasia e formar do proceder de Filgueiras um juízo bastante aproximado da realidade.

Não era, êsse personagem histórico, nem tirano iracundo e facinoroso, movendo-se entre sertanejos hirsutos que domina e conduz, nem feiticeiro, a quem as potências infernais prestam ajuda, como pretende a malquerência de Monsenhor Muniz Tavares e do Pe. Francisco Martins e o proclama o psitacismo de certos escritores nacionalistas; tampouco sustentáculo da lei e da ordem monárquica, herói de bondade, e homem de gênio pacífico e benfazejo como quer Sampaio.

Lícito é, apenas, considerá-lo um rude potentado matuto plasmado pelo áspero meio sertanejo e tangido por influências ancestrais.

O melhor ou, antes, o seu mais racional e humano retrato e a mais bem traçada representação do ambiente onde vivia, parece-nos aquêles que nos foram dados, em pinceladas rápidas, por J. Catunda, em "Estudos de História do Ceará" (Fortaleza, 1886, pág. 154). Escritor de fáceis arroubos de linguagem, mostra-se, no caso, objetivo e extremamente comedido nas apreciações.

Assevera o autor que "era então extraordinária a popularidade que, por atos de bravura brutal, cortejava o Capitão-Mor do Crato, Pereira Filgueiras. Baiano de nascimento, ali crescera e se afamiliara Filgueiras, exercendo a sua fôrça material e educando a sua coragem pessoal nos conflitos armados, freqüentes então nos centros populosos da Capitania; certo rundo de bondade, muita ignorância, zêlo de valentão eram os predicados de seu caráter público".

* * *

Ridículo, igualmente, pretender apresentá-lo sob a figura de um débil mental, agindo, nos grandes lances de sua gloriosa vida de soldado, sempre sob a inspiração de amigos e companheiros de armas, como fazem os seus desafetos.

Com muito senso argumenta Irineu Pinheiro que não pode casar-se a apregoada boçalidade de Filgueiras como sua atuação decisiva nos sucessos de nossa história, entre 1817 e 24, todos de projeção nacional (op. cit. pág. 9).

E pergunta argutamente: por que nada se fêz, no primeiro quartel do século passado, sem a sua colaboração ou, antes, sem a sua ostensiva chefia?

Com efeito, o homem que, com seu prestígio, concorreu para levantar os "exércitos que pelejaram por nossa independência e pela República, na Confederação do Equador"; que era ouvido "em negócios públicos e privados" e sem cuja "conselho e aprovação nada se fazia", não devia ser um néscio.

Sua reserva e taciturnidade "por alguns julgados índice de estupidez, podem, conforme comenta o mesmo escritor, ser explicadas por ter-lhe faltado espontaneidade e locução, também por astúcia inata a fim de evitar comprometimento num meio em que fomentavam ódios e intrigas".

Deprimir Filgueiras, amesquinhando-lhe o inegável prestígio e emprestando-lhe taras mentais irremediáveis, importaria em tácito reconhecimento de que os chefes maiores da revolução de 1817, não estavam, realmente, à altura da missão histórica que lhes cabia desempenhar.

Condicionando, pode dizer-se, a vitória da causa da independência e de república, no Cariri, à adesão de um homem que os cronistas, simpáticos dos revoltosos, pintam como um indivíduo sem princípios, nem escrúpulos; inepto e de nenhuma inteligência, êles teriam agido criminosamente.

Seriam levianos, faltos de prudência, inconseqüentes; guiados por tais chefes, o movimento emancipacionista não poderia lògicamente triunfar...

Sobradas razões tem o Barão de Studart quando, analisando o depoimento que Muniz Tavares presta sôbre Filgueiras e sôbre o Pe. Miguel Carlos, escreve:

"E nêsses dois homens, pergunto eu e comigo perguntarão todos os que acompanham a leitura desta narrativa,

("O movimento de 17, no Ceará". Revista do Instituto do Ceará, tomo XXXI, Fortaleza 1917, pág. 125) em Filgueiras, monstro nos Crimes e **mandigueiro**, em Miguel Carlos, **pulsilânime e tão imbecil que mal entendia o seu breviário** que repousavam tôdas as esperanças dos revolucionários? Falasse verdade Muniz Tavares, o que nego, e estaria feita a psicologia do movimento cratense e previsto, desde logo, o desenlace, que o aguardava."

* * *

Também não é verdade que Filgueiras se tenha mantido invariàvelmente fiel às tradições monárquicas.

"Suas simpatias naturais, a gente de sua roda, seus amigos em geral estavam, sem dúvida, ao lado da legalidade, mas nem por isso, soube repelir com a necessária firmeza as insinuações dos agentes da revolução."

Embora realista, sofreu sensível influência dos partidários da nossa independência e, mesmo sem nada compreender das grandes idéias democráticas e liberais que os animavam, com êles condescendeu.

Não ficou, pois, apenas **"titubeado"**, como sustenta Sampaio; foi além, cedeu ao fascínio pessoal dos líderes independentistas e com êles fêz causa comum; tampouco pecou "apenas por ter deixado por tanto tempo a Vila debaixo dêsse infame govêrno", conforme proclama em sua carta de 15 de junho; pecou ainda, e sobretudo, por ter dado ao "infame govêrno" o seu apoio e a sua colaboração.

Matuto ignorante mas astuto, percebeu cedo que, declarando-se rebelde, punha em risco a própria vida e a sobrevivência do regime que lhe dera o prestígio de um pôsto de invejável realce, no meio sertanejo; não rompeu por isso, desde logo, com a monarquia; contemporizou com ambas as partes, esperando, assim, conciliar situações extremas.

Acendeu, como dissemos em outro lugar, uma vela a Deus e outra ao Diabo e, oscilante, entre o credo monarquista e a fé republicana, manteve-se vários dias. Finalmente alertado por amigos, que conheciam o seu estado d'alma e lhe fizeram ver a gravidade do crime cometido, voltou de vez aos arraiais do antigo partido, onde prestou os mais assinalados serviços.

É esta a verdade; temos que nos render à evidência dos fatos.

* * *

Filgueiras não é, aliás, um caso esporádico, único de dubiedade de proceder, a figurar nos anais dêsse agitado período de nossa história social. Seus êmulos foram até muito numerosos.

Não tiveram igualmente a virtude da coerência conjurados do porte de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, José da Cruz Ferreira e inúmeros outros de menor vulto e importância...